



**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel: (21) 3554-8686

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO CVM Nº 19957.004466/2018-41**

**Assunto:** Interrupção de Assembleia Geral Ordinária da Light S.A. por ilegalidade decorrente de violação das vedações impostas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei da Estatais).

**Diretor** Henrique Balduino Machado Moreira

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

Senhor Presidente,

1. Acompanho integralmente as conclusões do bem lavrado Relatório nº 39/2018-CVM/SEP/GEA-3, de 24 de abril de 2018, da Superintendência de Relações com Empresas (SEP). Tenho, entretanto, por conveniente complementar os fundamentos adotados por essa área técnica exclusivamente quanto à ilegalidade da indicação pela Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) de conselheiros fiscais para a Light S.A. (“Light”), à luz do art. 17, § 2º, I, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 (“Lei das Estatais”) c/c arts. 147, §1º, e 162, §2º, da Lei nº 6.404/76.

2. Nesse sentido, impõe-se destacar inicialmente que este é mais um precedente<sup>1</sup> no qual esta CVM reitera o entendimento de que empresa estatal<sup>2</sup>, para os fins da Lei das Estatais, é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado cuja maioria do capital votante pertença direta ou indiretamente à União, Estado, Distrito Federal ou Município. Afasta-se, portanto, do cumprimento dos requisitos previstos naquela Lei as sociedades privadas<sup>3</sup>, entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e cuja maioria do capital votante não pertença direta ou indiretamente aos entes públicos.

3. No caso vertente, trata-se, de um lado, de reconhecer que a Light não está submetida à Lei nº 13.303/16. E, por outro, de reafirmar que a Cemig, empresa de capital aberto

<sup>1</sup> Processo Administrativo CVM nº 19957.008923/2016-12, julgado pelo Colegiado em 27 de dezembro de 2016.

<sup>2</sup> Conceito igualmente estabelecido no art. 2º, do Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

<sup>3</sup> Idem.



**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel: (21) 3554-8686

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que detém mais de 50% de suas ações ordinárias, é empresa estatal e, portanto, está submetida integralmente à Lei das Estatais.

4. Sob outra perspectiva, significa afirmar que ainda que a Light possa ser considerada controlada pela Cemig nos termos do art. 116, da Lei nº 6.404/76, ela não é controlada nos termos do art. 1º, §6º, da Lei das Estatais, pois a Cemig não possui direta ou indiretamente a maioria do capital votante. Trata-se de interpretação restritiva que resguarda companhias de caráter notadamente privado do regime estatizante e, portanto, excepcional, do novo diploma normativo.

5. A esta altura, delimitado os sujeitos passivos das obrigações de que trata a Lei das Estatais, cabe analisar o conteúdo de seus comandos dirigidos à Cemig, em especial os requisitos para nomeação e indicação para o cargo de conselheiro fiscal. Nesse ponto, é pertinente o fundamento adotado pela SEP em seu relatório para asseverar que seriam aplicáveis as vedações do art. 17, da Lei das Estatais. Transcreve-se o excerto de destaque:

“ (...) considerando a posição da CVM no Precedente 2, é muito natural interpretar que a decisão deixou de abranger expressamente o conselho fiscal mais pelo fato de ele não ser o foco daquele processo do que uma indicação de que ele mereceria um tratamento distinto.

Afinal, o conselho fiscal, ainda que não seja um órgão da administração, é um órgão relevante do sistema de governança de uma companhia. E a decisão do Precedente 2 inclusive reafirma a interpretação[5] de que “a essência do art. 17 da Lei das Estatais é *‘voltada ao aprimoramento das estruturas de governança, inclusive pela mitigação das indicações político-partidárias no âmbito de estatais e sociedades de economia mista’*”.

6. De fato, não há no intitulado Precedente 2<sup>4</sup> qualquer argumento que contrarie a extensão daquelas vedações ao conselho fiscal. Ao contrário, como destacado no excerto acima, o citado precedente reforça a necessidade de que a Lei das Estatais se concretize como instrumento efetivo para o aprimoramento do desempenho e da geração *de valor das empresas sujeitas ao seu regime por meio da reformulação de práticas de governança e gestão*.

7. Nesse contexto, em complemento aos argumentos da área técnica, ressalta-se que a extensão aos conselheiros fiscais das vedações impostas à eleição de administradores é a regra expressa da Lei da S.A., como se observa da leitura direta de seus arts. 147, §1º, e 162, § 2º.

---

<sup>4</sup> Processo Administrativo CVM nº 19957.011269/2017-05.



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel: (21) 3554-8686

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

Art. 147. Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a assembleia-geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social.

§ 1º **São inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial**, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Art. 162. Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

(...)

§ 2º **Não podem ser eleitos para o conselho fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147**, membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

8. Como se percebe, nas companhias abertas sujeitas à supervisão da CVM, são inelegíveis para o conselho fiscal aqueles inelegíveis para os cargos de administração. Não podem, portanto, ser eleitas para o conselho fiscal as pessoas impedidas por lei especial (Lei das Estatais) de serem eleitas para os cargos de administrador, independentemente de a companhia ser empresa estatal ou não.

9. No caso vertente, a regra da paridade de vedações estipulada pelo art. 162, § 2º, da Lei da S.A, é ainda expressamente referendada pelo art. 26<sup>5</sup>, da Lei das Estatais, que declara serem aplicáveis ao conselho fiscal, além das normas previstas naquela Lei, os requisitos e os impedimentos para investidura previstos na Lei nº 6.404/76. O regramento especial, portanto, não deixa margens de interpretação para se excluir do regime das estatais o comando geral das sociedades por ações.

10. Nesses termos, com esteio nos precedentes desta Comissão, acompanho a

---

<sup>5</sup> Art. 26. Além das normas previstas nesta Lei, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da empresa pública e da sociedade de economia mista as disposições previstas na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração, além de outras disposições estabelecidas na referida Lei.



**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel: (21) 3554-8686

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

conclusão da SEP quanto à ilegalidade da indicação dos conselheiros fiscais, em face dos arts. 162, §2º, e 147, §1º, da Lei 6.404/76, combinados com os arts. 17, §2º, I, e 26, da Lei 13.303/16.

É como voto.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018.

*Original assinado por*

**HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA**  
DIRETOR RELATOR